

**3ª Jornada Institucional Ordinária – Proposta de Enunciado (Ano 2025)**

<b>Portaria nº</b> 42/2025	<b>Proposta:</b> 42	<b>Data da Submissão:</b> 27/08/2025
<b>Proponentes:</b> Patricia Mothé Glioche Béze, Patricia Leite Carvão, Fernanda Vieira de Moraes		<b>Matrícula:</b> 1661, 1455 e 8979
<b>Tipo da Proposta:</b> Coletiva		
<b>Áreas Institucionais:</b> Núcleo de Atendimento à Vítima		
<b>Dispositivos Legais:</b> Art. 201, §6º, do CPP, Art. 17-A da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), Art. 17 da Resolução CNMP nº 181/2017, Resolução CNMP nº 243/2021, Resolução CNJ nº 427, de 20 de outubro de 2021.		
<b>Proposta de Enunciado:</b>  O Ministério Público deve evitar a inclusão de nomes completos e endereços das vítimas na denúncia ou representação, respectivamente, nos casos de crimes ou atos infracionais que envolvam vítimas hipervulneráveis, violência ou grave ameaça à pessoa, ou que sejam praticados por organização criminosa. Nesses casos, recomenda-se o uso de prenomes e iniciais dos sobrenomes. Sempre que o sigilo se mostrar necessário, deve ser solicitado o acautelamento dos dados da vítima junto ao cartório judicial competente, a fim de prevenir sua exposição indevida, bem como evitar situações de risco, vitimização institucional ou secundária.		
<b>Justificativa:</b>  CUNHA, Alexandre Sanches. Manual de Criminologia e Direito das Vítimas / Alexandre Sanches Cunha e Rogério Sanches Cunha – São Paulo: Editora JusPodivm, 2025. 288 p.		